ISSN: 2358-8829

ENTRE INOVAÇÃO E EQUIDADE: LIMITES E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO EMPREENDENDORA NA PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS[1]

Franciele Cristina Neves [2]
Ana Carolina Neumann Barbiero [3]
Andressa Marlise Xavier de Souza [4]
Karina Zavilenski Custodio [5]

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as potencialidades e os limites da educação empreendedora na promoção das relações étnico-raciais e de gênero no ensino médio público, a partir da experiência da edição de 2025 do programa Empreendendo Futuro, desenvolvido pelo Itaipu Parquetec com apoio da Itaipu Binacional e do Governo Federal. O programa, criado em 2024 e em sua 2ª edição no ano de 2025, atendeu 2.100 jovens de 12 colégios estaduais do município de Foz do Iguaçu e do Instituto Federal do Paraná (IFPR). A iniciativa tem como propósito central instigar a educação empreendedora e o protagonismo juvenil, estruturando-se em trilhas de aprendizagem seriadas e progressivas para o ensino médio, pautadas em metodologias ativas — como Design Thinking, gamificação, ideação, apresentações em pitchs e hackathons com premiação.

A incorporação das diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial), deu-se a partir do diagnóstico de disparidades históricas nas ações de iniciação científica e profissionalização: identificou-se uma maior representação de estudantes declarados brancos em projetos de

[1] Este artigo é fruto de ações desenvolvidas e financiado pela Itaipu Binacional e pelo Itaipu Parquetec.
[2] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, francielecneves88@gmail.com e franciele.neves@itaipuparquetec.org.br;
[3] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteira da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, ana.barbiero@itaipuparquetec.org.br e ana.barbiero9@gmail.com;
[4] Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, andressa.souza@itaipuparquetec.org.br;
[5] Graduada em Turismo pela UNIOESTE e especialista em gestão de negócios pela iBRA - Instituto Brasil de Ensino, karina.custodio@itaipuparquetec.org.br.

pesquisa, além de uma divisão de gênero tradicional, com maior presença masculina nas engenharias e feminina nas ciências do cuidado. Diante da necessidade de problematizar tais assimetrias no cotidiano escolar, o programa formulou a seguinte pergunta norteadora para o hackathon: como a educação empreendedora consegue desenvolver habilidades socioemocionais e a formação cidadã para a valorização da diversidade e a construção de práticas educativas mais inclusivas?

O objetivo deste trabalho é examinar, de forma macro, as 62 soluções/projetos desenvolvidas pelos estudantes em resposta a essa indagação, avaliando em que medida a articulação entre educação empreendedora, inovação social e formação cidadã fomenta o enfrentamento das desigualdades ou reproduz visões reducionistas e individualizantes do desenvolvimento socioeconômico.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada na análise documental das propostas de intervenção e projetos submetidos pelos estudantes no hackathon da edição de 2025 do Programa Empreendendo Futuro, combinada com a observação participante das oficinas e momentos formativos.

A coleta e sistematização dos dados envolveram a apreciação de 62 projetos/soluções elaboradas pelas equipes de estudantes dos 12 colégios estaduais e do IFPR. Para o exame do material, estabeleceram-se categorias analíticas baseadas em eixos temáticos: a) recursos digitais e plataformas de conexão profissional; b) espaços de formação, capacitação e apoio socioeconômico; c) feiras, eventos e visibilidade cultural; d) abordagens tecnológicas de moderação de conteúdo e combate à discriminação. O referencial da interseccionalidade foi empregado para mapear o grau de aprofundamento crítico com que os estudantes articularam as dimensões de raça, classe e gênero nas propostas apresentadas.

Como procedimento interpretativo, a leitura dos projetos buscou identificar o problema social enunciado, o público priorizado, o mecanismo de intervenção proposto e as concepções de mudança social presentes, observando tanto os elementos explicitados pelas equipes quanto as questões que permaneceram sem resposta nos registros analisados. A análise é qualitativa e interpretativa: não pretende mensurar a

efetividade das soluções nem generalizar os resultados para todos os estudantes participantes. Como o material disponível corresponde às propostas apresentadas no hackathon e à observação participante das atividades formativas, as conclusões se referem ao conteúdo dos projetos e às possibilidades pedagógicas que eles revelam, não a impactos sociais já comprovados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre as desigualdades estruturais no Brasil e sua interface com o ambiente educacional exige um aporte teórico capaz de apreender a complexidade das hierarquias sociais. Lélia Gonzalez (2020) situa a articulação entre racismo e sexismo no contexto brasileiro ao demonstrar que a experiência de mulheres negras no tecido social não pode ser apreendida por visões genéricas sobre a falta de oportunidades. Para a autora, o racismo e o machismo operam de forma combinada, criando barreiras específicas que incidem sobre a mobilidade social e a autonomia econômica desse grupo.

Complementarmente, Patricia Hill Collins (2022) conceitua a interseccionalidade como um sistema analítico para compreender como raça, classe, gênero e sexualidade se estruturam como eixos imbricados e dinâmicos de poder. A matriz de dominação não atua de forma isolada, mas em configurações históricas e contextuais específicas. Ao transportar essa chave analítica para a educação empreendedora, problematiza-se a visão hegemônica que reduz a inovação à lógica de mercado ou ao esforço meritocrático individual. A formação cidadã no ensino médio exige reconhecer que a emancipação econômica e o protagonismo jovem demandam a desconstrução de assimetrias sistêmicas, evitando que a responsabilização pelas mudanças sociais seja transferida unicamente aos sujeitos historicamente marginalizados.

Para Paulo Freire (2013, 2019), a educação não se limita à transmissão de conteúdos ou ao treinamento para a execução de tarefas: constitui uma prática social e política, capaz de favorecer a leitura crítica do mundo e a intervenção consciente dos sujeitos na realidade. Em Pedagogia do oprimido, a problematização das condições concretas de existência ocupa lugar central no processo educativo. Nessa perspectiva, o protagonismo juvenil não deve ser compreendido apenas como capacidade de criar soluções, falar em público ou liderar equipes, mas como possibilidade de interpretar criticamente os problemas que afetam a coletividade e participar da construção de

ISSN: 2358-8829

alternativas. Aplicada ao Empreendendo Futuro, essa compreensão permite perguntar se os desafios propostos aos estudantes favorecem a investigação das causas do racismo e do sexismo ou se permanecem concentrados na criação de respostas imediatas para seus efeitos.

A contribuição de Dermeval Saviani (2021) ajuda a situar os limites e as possibilidades de propostas educacionais organizadas por projetos. Na pedagogia histórico-crítica, a escola tem a função de garantir o acesso ao conhecimento sistematizado e contribuir para que os estudantes compreendam a realidade para além de suas manifestações imediatas. Isso não significa desvalorizar a experiência dos jovens ou suas iniciativas, mas reconhecer que a atividade prática precisa estar articulada ao estudo, à análise e à apropriação de conhecimentos científicos, históricos e culturais. Assim, metodologias como Design Thinking, ideação e hackathon podem mobilizar a aprendizagem, desde que não substituam o trabalho pedagógico de contextualizar os problemas, discutir conceitos e examinar criticamente as soluções elaboradas.

Pedro Demo (2015) compreende a pesquisa como princípio educativo, destacando a importância de o estudante participar ativamente da construção do conhecimento, formular perguntas, buscar informações, confrontar explicações e produzir interpretações próprias. Essa abordagem contribui para analisar o potencial formativo dos 62 projetos: as equipes foram convidadas a formular respostas a uma questão social. Entretanto, a autoria estudantil torna-se mais consistente quando a elaboração de propostas é acompanhada por pesquisa sobre o problema, escuta dos grupos afetados, análise de experiências existentes e avaliação das consequências possíveis. Sem esses procedimentos, há o risco de que soluções bem apresentadas em pitches sejam tomadas como respostas suficientes, mesmo quando não demonstram viabilidade ou compreensão das estruturas que produzem a desigualdade.

No campo das relações étnico-raciais, Nilma Lino Gomes (2017) evidencia o papel do movimento negro como produtor de conhecimentos e agente educativo, cujas lutas questionam silenciamentos históricos e contribuem para transformar práticas e políticas. A educação antirracista não se resume à inclusão pontual de um tema em uma atividade: exige reconhecer sujeitos historicamente marginalizados como produtores de conhecimento, revisar narrativas dominantes e criar condições para que suas experiências sejam consideradas na interpretação da sociedade. De modo complementar, Munanga (2005) reúne reflexões e práticas voltadas à superação do racismo no espaço

escolar, ressaltando a necessidade de enfrentar estereótipos e discriminações no cotidiano educativo. Esses aportes são relevantes para projetos que tratam de memória, identidade, pertencimento, mercado de trabalho e representatividade.

A articulação entre Gonzalez (2020) e Collins (2022) permite evitar que as desigualdades sejam examinadas como experiências homogêneas. Mulheres negras, por exemplo, podem enfrentar barreiras que não se explicam apenas pelo gênero ou apenas pela raça, pois essas dimensões se relacionam com classe social, responsabilidades de cuidado, acesso a redes profissionais e outras condições históricas. A interseccionalidade, nesse sentido, não funciona como uma simples lista de identidades a serem mencionadas nos projetos; exige observar como diferentes relações de poder se combinam para produzir obstáculos específicos. A análise das propostas considera, portanto, se os grupos atendidos são apenas nomeados ou se suas condições concretas foram incorporadas ao desenho das soluções.

Neste estudo, a educação empreendedora é tratada como campo de possibilidades e de disputas, e não como sinônimo automático de emancipação ou de lógica empresarial. Iniciativa, criatividade, planejamento, cooperação e capacidade de transformar ideias em ações podem contribuir para a formação dos jovens. Contudo, quando essas competências são interpretadas exclusivamente pela ótica da competitividade, da rentabilidade ou da responsabilização individual, problemas sociais complexos podem ser reduzidos à falta de esforço ou de atitude dos sujeitos. Em diálogo com Freire (2013) e Saviani (2021), defende-se que a inovação educacional precisa ser acompanhada de reflexão ética e política sobre quem define os problemas, quem participa das decisões, quais interesses são contemplados e como os resultados podem contribuir para a coletividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes elaboraram 62 projetos de intervenção voltados ao enfrentamento das desigualdades v

evidenciam que a concepção de inovação formulada pelos estudantes ultrapassa a simples criação de produtos tecnológicos, alcançando a estruturação de serviços, redes de apoio mútuo e reorganização de experiências comunitárias. Contudo, a análise dos trabalhos revela tensões entre a apreensão crítica das desigualdades e a reprodução de narrativas individualistas.

ISSN: 2358-8829

Segue apresentação dos projetos com maior destaque:

SÍNTESE DOS PROJETOS E CATEOGIRAS ANÁLITICAS		
Equipe/Projetos	**Proposta Central**	**Categoria/Tensão**
AfroTalento/ Almer	App de conexão de mulheres negras com oportunidades de trabalho	Visibilidade vs. Mudar a estrutura
N.I.E.E / Inova Team	Capacitação para mães solo com espaço infantil integrado	Interseccionalidade aplicada na prática.
Afroteira / FloreSer	Feira cultural e formação financeira a empreendedoras	Economia e memória coletiva local
Raízes do Brasil / Aquanautas	Espaços de escuta, artesanato e enfrentamento da violência	Reconhecimento cultural e pertencimento
Zero Limites / N ELOS	Conexão com grandes empresas e investidores/mentorias	Foco excessivo na superação individual
Projeto Falcão / Rocket	Detecção e moderação de discurso de ódio, ação antirracista e antimachista	Responsabilidade social na tecnologia
Afro e Elas Flow / DevForce	Algoritmo para redução de viés humano em seleções	Mitificação da neutralidade dos dados

Fonte: elaboração própria.

O projeto AfroTalento, da equipe Almer, parte do diagnóstico da invisibilidade estrutural vivenciada por mulheres negras no mercado de trabalho, propondo um aplicativo voltado à conexão entre essas profissionais e oportunidades empregatícias. A equipe argumenta que o talento existe, porém não é reconhecido, deslocando a explicação da exclusão do campo individual para a assimetria na valoração das competências. Essa abordagem contribui para superar visões culpabilizantes, embora a proposta de financiamento baseada em assinaturas corporativas e concessão de "selo de

empresa aliada" levante indagações sobre como verificar se o engajamento comercial das empresas de fato se traduz em contratação, equidade salarial e permanência.

A perspectiva interseccional aparece de forma proeminente no projeto N.I.E.E, desenvolvido pela equipe Inova Team. Ao voltar-se para mulheres negras, de baixa renda e mães solo, os estudantes identificaram que a indisponibilidade de tempo e a ausência de redes de suporte ao cuidado infantil constituem os principais obstáculos à continuidade dos estudos e ao empreendedorismo. A solução integrou ações de capacitação a um espaço de acolhimento para as crianças. Ao considerar a jornada de cuidado como elemento determinante para a inclusão, a proposta demonstra como a sobreposição entre raça, gênero e classe pode ser incorporada à arquitetura do projeto.

No âmbito da valorização cultural e territorial, o projeto Afroteira, da equipe FloreSer, propõe dar visibilidade às empreendedoras negras de Foz do Iguaçu por meio de uma feira periódica integrada a processos de formação financeira e manifestações culturais. De forma complementar, o projeto Raízes do Brasil, elaborado pela equipe Aquanautas, amplia o escopo para abarcar mulheres, populações negras, indígenas, quilombolas e artesãos regionais, articulando rodas de conversa sobre experiências de discriminação à comercialização de produtos locais. Tais iniciativas demonstram o potencial da educação empreendedora quando associada à afirmação identitária e à memória coletiva (GONZALEZ, 2020).

Por outro lado, identificou-se em determinados projetos uma forte adesão ao discurso meritocrático. No projeto Zero Limites, a articulação com grandes corporações é apresentada como a via principal de combate ao racismo e ao machismo, contudo, o documento não explicita como as empresas parceiras enfrentariam a discriminação institucional nos processos seletivos e nas trajetórias de carreira. Padrão semelhante manifesta-se na proposta N ELOS, que prevê a aproximação entre empreendedores, investidores e mentores. Embora a oferta de redes de contato responda a barreiras reais de acesso ao capital, a narrativa fundamenta-se recorrentemente no esforço pessoal e em histórias de superação. Essa abordagem expõe o risco de reposicionar a solução das desigualdades estruturais no engajamento individual dos próprios sujeitos excluídos.

As dimensões tecnológicas foram exploradas por equipes como a Rocket, que desenvolveu o Projeto Falcão, ferramenta voltada à detecção e moderação automática de discursos discriminatórios em plataformas digitais, com priorização para ataques direcionados a mulheres e pessoas negras. A proposta vincula inovação técnica à

ISSN: 2358-8829

responsabilidade social. Contudo, no projeto AFRO & ELAS FLOW, da equipe DevForce, a substituição do julgamento humano por um algoritmo de pontuação é apresentada como garantia de neutralidade e equidade. Essa premissa reflete a necessidade de um aprofundamento crítico no ambiente escolar, posto que modelos algorítmicos podem incorporar e reproduzir os vieses raciais e de gênero contidos nos conjuntos de dados que os alimentam (COLLINS, 2022).

A comparação entre as propostas evidencia diferentes níveis de elaboração do problema social. Em projetos como AfroTalento e N.I.E.E, as equipes identificam obstáculos que ultrapassam a esfera da motivação individual: a invisibilidade de mulheres negras nos processos de contratação e a ausência de suporte ao cuidado infantil, respectivamente. Essa mudança de foco desloca a explicação do insucesso de uma suposta insuficiência pessoal para as condições de acesso às oportunidades. Ainda assim, a análise crítica precisa avançar para as condições de implementação: que organizações seriam responsáveis pela continuidade das ações? Como seriam ouvidas as pessoas diretamente afetadas? Que indicadores permitiriam avaliar se houve ampliação de oportunidades e redução de desigualdades? Essas perguntas não diminuem o mérito das ideias; apontam dimensões que poderiam ser incorporadas ao processo de aprendizagem.

Afroteira e Raízes do Brasil sugerem que a inovação pode se desenvolver a partir da valorização de conhecimentos, práticas culturais e relações territoriais, sem depender necessariamente da criação de uma tecnologia digital. Feiras, espaços de escuta e comercialização de produtos podem ampliar a visibilidade de produtoras e produtores, fortalecer redes de colaboração e favorecer o reconhecimento de histórias frequentemente marginalizadas. Em diálogo com Gomes (2017) e Munanga (2005), essas propostas podem ser lidas como oportunidades para tratar a cultura não como elemento decorativo, mas como campo de produção de saberes, identidade e participação social. Para aprofundar seu alcance, seria importante discutir como evitar a folclorização das culturas, garantir participação efetiva das comunidades e construir formas de continuidade para além de eventos isolados.

Os projetos Falcão e AFRO & ELAS FLOW abrem uma discussão pedagógica importante sobre o uso de tecnologias no enfrentamento da discriminação. A proposta de detectar discursos de ódio aponta para a percepção de que ambientes digitais também reproduzem violências e exigem mecanismos de proteção. Já a expectativa de que um

ISSN: 2358-8829

algoritmo possa garantir neutralidade em processos seletivos revela a necessidade de compreender que sistemas automatizados são concebidos por pessoas, operam com dados produzidos em contextos sociais e dependem de critérios de classificação. A tecnologia não elimina por si só os preconceitos. Uma abordagem educativa crítica pode levar os estudantes a investigar a origem dos dados, os critérios utilizados, os riscos de exclusão, a transparência dos procedimentos e a possibilidade de revisão humana.

O protagonismo observado nas propostas não deve ser confundido com a transferência integral aos jovens da responsabilidade de solucionar problemas sociais. Em uma perspectiva freiriana, a participação ganha sentido quando se articula ao diálogo, à reflexão e à ação coletiva; o papel da mediação pedagógica é criar condições para que os estudantes confrontem ideias, escutem diferentes experiências e revisem suas próprias hipóteses. A perspectiva histórico-crítica acrescenta que esse processo requer acesso a conhecimentos que permitam interpretar as raízes históricas das desigualdades. Assim, oficinas e hackathons podem constituir momentos de síntese criativa, desde que sejam precedidos ou acompanhados de estudo, análise de dados, contato com experiências comunitárias e devolutivas críticas.

A leitura conjunta dos projetos sugere critérios que podem fortalecer futuras edições do programa: diagnóstico fundamentado do problema, com dados e escuta dos públicos envolvidos; análise interseccional das barreiras de acesso e permanência; participação dos grupos diretamente afetados na concepção das soluções; avaliação ética de tecnologias e parcerias; definição de indicadores de acompanhamento que não se limitem ao alcance ou à visibilidade; e reflexão sobre a articulação entre iniciativas locais e responsabilidades institucionais. Esses critérios não devem funcionar como lista burocrática, mas como instrumentos de aprendizagem. Ao utilizá-los, os estudantes podem compreender que uma solução socialmente relevante precisa combinar criatividade, conhecimento, viabilidade, participação e compromisso com direitos.

Assim, os resultados apontam que, se por um lado as metodologias ativas e os desafios do hackathon estimulam o protagonismo e o pensamento crítico, por outro lado subsiste a necessidade de uma mediação pedagógica intencional que desconstrua a perspectiva de que a inovação e o mercado, por si sós, garantem a equidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2358-8829

O acompanhamento da edição de 2025 do programa Empreendendo Futuro evidencia que a educação empreendedora possui um potencial expressivo para estimular o protagonismo jovem, o trabalho colaborativo e a reflexão sobre problemas sociais relevantes no contexto do ensino médio público. A formulação de desafios vinculados ao ODS 5 e ODS 18 mobilizou a criação de 62 projetos que demonstraram sensibilidade social e capacidade inventiva na proposição de caminhos para o combate às desigualdades raciais e de gênero.

Contudo, os limites identificados na análise das propostas ressaltam que a incorporação da pauta das relações étnico-raciais e de gênero não pode ocorrer unicamente de forma transversal ou pragmática. Constatou-se a convivência entre propostas atentas às barreiras sistêmicas e narrativas que reforçam a adaptação individual e a meritocracia. Conclui-se que a consolidação da equidade no ambiente escolar exige reforçar a intencionalidade pedagógica das formações, municiando os estudantes com repertórios teóricos e críticos que permitam questionar as raízes estruturais das desigualdades e construir soluções efetivamente transformadoras.

Do ponto de vista pedagógico, os resultados reforçam que o trabalho com problemas reais pode aproximar a escola das experiências juvenis e favorecer autoria, cooperação e criatividade. Entretanto, a contribuição para a equidade depende da qualidade da mediação e do acesso a referenciais que permitam compreender a produção histórica das desigualdades. Freire (2013) contribui para pensar a formação como leitura crítica e intervenção no mundo; Saviani (2021), para reafirmar a importância do conhecimento sistematizado; Demo (2015), para valorizar a pesquisa e a elaboração autônoma; e Gomes (2017) e Munanga (2005), para situar a educação antirracista como compromisso curricular e institucional. Em conjunto, essas perspectivas sustentam a compreensão de que o empreendedorismo juvenil pode integrar uma formação cidadã mais ampla, desde que não seja apresentado como solução individual para problemas estruturais.

Palavras-chave: educação empreendedora, relações étnico-raciais, ensino médio, inovação educacional, equidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Itaipu Binacional, ao Governo Federal e ao Itaipu Parquetec pelo fomento, apoio institucional e oportunidade de operacionalização do projeto, fundamentais para o desenvolvimento das ações e para a concretização de seus objetivos.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política da capacitação. Tradução de Cássia Maria Hass. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do oprimido.** 55. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 44. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.